



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO Nº /2024

(Da Sra. Daniela Reinehr)

Requer a realização de
Audiência Pública para
discutir o Projeto de Lei Nº
2.051, de 2024.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei Nº 2.051, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para criminalizar a produção, divulgação ou compartilhamento de notícia falsa (fake news) que objetive alterar, distorcer ou corromper gravemente a verdade sobre tema relacionado à saúde, à educação, ao meio ambiente, à segurança pública, à economia nacional ou a outro interesse público relevante.



Para a realização da audiência sugerimos os seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Justiça;
2. Representante do Ministério das Comunicações;
3. Representante da Agência Nacional de Telecomunicações;
4. Representante da Conexis Brasil Digital;
5. Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT);
6. Representante do Conselho Digital; e
7. Representante da Câmara Brasileira da Economia Digital.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Audiência Pública é discutir no âmbito da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional o Projeto de Lei 2.051/2024, da ilustre deputada Erika Kokay, que visa modificar o Código Penal e o Marco Civil da Internet para criminalizar a produção, divulgação ou compartilhamento de notícias falsas com o objetivo de alterar, distorcer ou corromper gravemente a verdade sobre temas de interesse público relevante, como saúde, educação, meio ambiente, segurança pública e economia nacional.

No Código Penal, propõe triplicar a pena se a exposição da vida ou saúde de outrem a perigo for decorrente da disseminação de



informações falsas durante emergências ou calamidades públicas. Define como crime produzir, divulgar ou compartilhar notícias falsas sobre temas de interesse público relevante, com penas de detenção de seis meses a três anos e multa. Prevê aumentos de pena se a notícia falsa tiver teor político, ideológico ou religioso visando vantagem, ou se a notícia falsa for compartilhada durante situações de emergência ou calamidade pública.

No Marco Civil da Internet, define como material não ficcional aquele que manipule, induza ou influencie a opinião pública. Obriga provedores de conexão a adotarem medidas para combater a publicação e disseminação de notícias falsas, revendo que sejam responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, caso não tomem providências após ordem judicial específica.

Assim, consideramos pertinente e útil o debate sobre o tema e a realização da audiência pública aqui proposta. Nestes termos solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento com atores que muito enriquecerão os debates nesta comissão.

Sala das Comissões, em de de
2024.

Deputada Daniela Reinehr
PL/SC

